



Vigilantes de carros-fortes fazem acordo encerram paralisação em AL



Classe realizou assembleia na noite da última quarta-feira (4). Abastecimento de caixas eletrônicos foi prejudicado no estado.

Os vigilantes de carros-fortes de Alagoas decidiram pelo fim da paralisação durante uma assembleia realizada na noite da última quarta-feira (4). De acordo com o Sindicato dos Vigilantes do Estado (Sindvigilantes), os profissionais concordaram com a proposta de aumento salarial oferecida pelas empresas e retornaram ao trabalho nesta quinta (5).

A paralisação começou no último dia 28

de abril e afetou o abastecimento de notas de dinheiro dos caixas eletrônicos de todo o estado. Além do aumento salarial, eles também reivindicavam melhorias no ticket de alimentação e a criação do plano de saúde.

“Infelizmente a proposta não foi totalmente atendida. Queríamos um aumento de 15% no salário, mas a classe concordou com os 11,8% oferecidos. Sobre o plano de saúde, as empresas não concordaram, mas ainda assim resolvemos voltar”, explicou a Secretária-geral do Sindvigilantes, Maria Lopes.

Ainda de acordo com a secretária-geral, o retorno é de 100% e, com isso, a situação nos caixas eletrônicos deve ser normalizada em breve. “São cerca de 300 funcionários da Prosegur, Preserve e Brinks que voltam hoje ao trabalho”, disse.

Entenda o caso

A paralisação dos vigilantes de carros-fortes começou no último dia 28 de abril, em Arapiracae em Maceió, como forma de protesto por aumento salarial e melhores condições de trabalho.

Com isso, 100% dos serviços ficaram paralisados, impedindo que o dinheiro chegasse às máquinas eletrônicas.

Na última segunda-feira (2), 50% dos profissionais voltaram a trabalhar após uma determinação da Justiça.

Fonte: G1

Audiência Pública no Senado sobre Piso Nacional de R\$ 3 mil é adiada



Por conta da atual agenda do Senado Federal a audiência Pública agendada para a próxima segunda-feira (9) para tratar do Piso Nacional de R\$ 3 mil para os vigilantes precisou ser

adiada. A audiência foi proposta pelo senador Paulo Paim e é um dos passos na luta por mais valorização, incluindo salários justos e dignos.

A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) reforça a necessidade de mobilização da categoria e orienta a todos os vigilantes que pressionem os senadores do seu Estado. Assim como aconteceu com o adicional de periculosidade, a cobrança dos trabalhadores e a união são as chaves para a conquista de mais essa vitória.

Ligue para o gabinete, envie e-mail, poste no Facebook. Use todas as ferramentas para enviar ao Congresso um recado: Queremos Piso Nacional de R\$ 3 mil para todos os vigilantes!

Fonte: CNTV

CNTV e Contraf-CUT defendem especialização em curso de formação e reciclagem

Cientes dos diferentes locais de atuação dos vigilantes, a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e a Contraf-CUT defenderam nesta quinta-feira (6), em reunião do Grupo de Trabalho de Segurança Bancária, a inclusão, nos cursos de formação e de reciclagem, de uma especialização em serviço bancário. Houve consenso entre os participantes em apresentar a proposta à Polícia Federal (PF).

Os representantes dos trabalhadores querem que, nos cursos, os vigilantes tenham a possibilidade de se especializar em segurança bancária, comércio e serviço, entre outros. Não seria, portanto, um curso de extensão.

O presidente da CNTV, José Boaventura, explicou que a ideia surge das insistentes proposições à PF para adequar cada vez mais a

formação dos profissionais às áreas específicas de trabalho. “Vê-se que há grande diferença nas áreas de formação, que hoje é geral e única, nem sempre atendendo às necessidades de cada setor de atuação. Por exemplo, no setor bancário, a grade atual pouco lida com a questão da tecnologia, das portas de segurança, etc”, avaliou.

Esta foi a sétima reunião do GT e discutiu também sobre atualização da legislação e das normas relacionadas a segurança bancária. O processo de debate foi concluído, restando agora a elaboração do relatório que será encaminhado à CCASP.

Participaram da reunião, além da CNTV e Contraf, a Fenavist, Febraban e ABSO.

Fonte: CNTV

Escolas de formação serão enquadradas como empresa de segurança

O Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) publicou portaria aprovando o enunciado nº 68, que enquadra os membros de escola de formação como pertencentes à categoria do ramo das empresas que exercem segurança privada. Antes, o entendimento do MTPS era de que essas instituições seriam instituição de ensino.

O enunciado segue os trâmites da lei de segurança privada, submetendo-os ao controle da Polícia Federal. Agora, as escolas devem seguir todas as regras e convenções das normas de segurança privada. Antes, os cursos alegavam que não tinham obrigação de providenciar, por exemplo, seguro de vida para os seus funcionários. Além disso, a representação política será feita pelos sindicatos de vigilantes.

“Isso confirma aquilo que na prática nós já considerávamos como correto. Estranho é que, antes, o MTPS tinha formulado entendimento de que as escolas não eram empresas de

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

PORTARIA Nº 19, DE 22 DE MARÇO DE 2016

O SECRETÁRIO DE RELAÇÕES DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 17 do Decreto nº 5.063, de 3 de maio de 2004, Anexo VII; o art. 1º da Portaria n. 483, de 15 de setembro de 2004 e o art. 49 da Portaria n. 326, de 11 de março de 2013, resolve:

Considerando o art. 49 da Portaria 326, de 2013 o qual estabelece que no caso de qualquer dúvida de cunho técnico ou jurídico, o Secretário de Relações do Trabalho expedirá enunciado que expresse o entendimento da Secretaria sobre o tema, que vinculará as decisões administrativas sobre a matéria no âmbito deste Órgão. Considerando as razões da Nota Técnica n. 61/2016/GAB/SRT/MTPS, resolve:

Art. 1º. Aprovar o enunciado nº 68.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

ANEXO

ENUNCIADO Nº 68
CURSOS DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES NO SEGMENTO DA SEGURANÇA PRIVADA

Os membros das escolas/cursos de formação de segurança privada pertencem à categoria do ramo das empresas que exercem segurança privada.
Ref.: Art. 49 da Portaria n.º 326, de 1º de março de 2013.

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

segurança. Era algo estranho, mas foi corrigido a tempo”, avaliou Boaventura.

Fonte: CNTV

O amor da mãe pode ser traduzido
em uma palavra: doação.
Falar desse sentimento é entender
que ele é a mais completa
forma de amor.
Feliz Dia das Mães!

Confederação Nacional dos Vigilantes



Por unanimidade, STF confirma afastamento de Cunha

Por unanimidade, os onze ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram, nesta quinta-feira (5), pelo afastamento do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) da Presidência da Câmara.

A decisão acompanhou o voto do relator do processo, ministro Teori Zavascki, que já havia concedido liminar determinando o afastamento de Cunha do mandato de deputado federal e, conseqüentemente, da Presidência da Casa.

A medida atendeu ao pedido da Procuradoria-geral da República, Rodrigo Janot, sob o argumento de que Cunha usa o poder do cargo para atrapalhar as investigações da Operação Lava Jato e a análise do processo de cassação de seu mandato no Conselho de Ética da Câmara. A decisão de Teori veio cinco meses após a PGR ter solicitado o afastamento do peemedebista.

A saída de Cunha vale por tempo indeterminado, até que procurador-geral e o ministro considerarem que já não exista mais risco de interferência do deputado no caso.

A sessão teve início com a leitura, por Teori Zavascki, da decisão apresentando os fundamentos para suspender o mandato de Cunha e afastá-lo da presidência da Câmara.

Segundo o ministro, há “ponderáveis elementos indiciários” a apontar que Cunha “articulou uma rede de obstrução” às investigações. “Além de representar risco para as investigações penais sediadas neste Supremo Tribunal Federal, [a permanência de Cunha] é um pejorativo que conspira contra a própria dignidade da instituição por ele liderada”, afirmou Teori.

O relator afirmou ainda que Cunha “não tem condições pessoais mínimas” para ser presidente da Câmara, pois “não se qualifica” para eventualmente substituir o presidente da República, já que é réu de ação penal, acusado de envolvimento no esquema de corrupção na Petrobras, investigado pela Operação Lava Jato.

Na avaliação dos ministros, que seguiram o

relator, as implicações apontadas a Cunha na Lava Jato e o uso do mandato para supostas práticas criminosas deixaram a situação do peemedebista insustentável para o exercício do mandato. Eles destacaram ainda que a decisão se tratava de um momento excepcional, não de uma interferência no Legislativo.

Para a ministra Cármen Lúcia, o Supremo Tribunal Federal “não apenas defende e guarda a Constituição, como é da sua obrigação, como defende e guarda a própria Câmara dos Deputados para resguardar todos os princípios e regras que têm de ser aplicadas”.

“Uma vez que a imunidade do cargo não pode ser confundida com impunidade”, completou.

Para o ministro Marco Aurélio, as acusações contra Cunha justificaram a medida excepcional da Corte. “Os indícios, as práticas implementadas estariam a direcionar uma iniciativa não drástica, porque é uma medida cauteladora prevista e implementou o afastamento em pleno exercício do mandato”.

Em seu voto, o presidente da Corte, Ricardo Lewandowski, procurou rebater as críticas sobre a demora do Supremo em julgar o pedido de afastamento de Cunha, protocolado em dezembro do ano passado.

Segundo o presidente, a prestação jurisdicional é feita no devido tempo. “É preciso ressaltar que o tempo do Judiciário não é o tempo da política e nem é o tempo da mídia. Nós temos ritos, temos procedimentos, temos prazos que devemos observar”, disse.

Acompanharam o relator os ministros Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Celso de Mello e o presidente, Ricardo Lewandowski.

Fonte: Portal Vermelho

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF